



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	27. FEV. 1980
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

# UM GOVERNO - ALGUMAS MEDIDAS

Por CARLOS FIGUEIREDO DOS SANTOS

**S**EMPRE que um novo Governo surge, um conjunto de esperanças renasce em cada portuguesa e, perduram ou desaparecem, consoante os resultados das medidas de política económica adoptadas. Um potente indicador de aplauso ou desagrado é visível quando da aquisição de bens alimentares pelas donas de casa.

O actual Governo tem, em princípio, um horizonte temporal bastante limitado e a tomar medidas que considere de fundo terá de ser o mais tardar até Maio, depois seguem-se os tradicionais meses de férias e a campanha eleitoral. Sem dúvida que algumas dessas medidas terão de ser impopulares, mas elas são imperiosas, atendendo a que a situação económica portuguesa assim o exige e já vai sendo tempo de excluirmos demagogias de cariz unicamente partidário. Consideramos indispensável que essas decisões não apareçam sem um esclarecimento ao público, de forma a que todos compreendamos a razão da sua existência e o seu alcance e para isso o Governo tem os órgãos de comunicação social, sendo a televisão sem dúvida o mais eficaz para este efeito.

Foram enunciadas no passado dia 9 pelo ministro das Finanças e do Plano algumas medidas, tais como:

A revalorização do escudo em 6 por cento; a contenção

das despesas do consumo público do Orçamento Geral do Estado e dos fundos e serviços autónomos da administração central para 1980, até ao nível em termos reais do montante dos respectivos orçamentos para 1979, bem como das despesas com deslocações ao estrangeiro de funcionários do sector público, administrativo e empresarial; a racionalização da gestão do pessoal, condicionando aumentos de quadros na Administração Pública; o rigor exigido à contabilidade dos serviços públicos, pessoas colectivas e de direito público e empresas públicas a quem sejam pagos subsídios orçamentais, cabendo à Inspeção-Geral de Finanças efectuar, com carácter de prioridade, sempre que se julgue conveniente, exames a essas contabilidades; o combate através de legislação apropriada a actuações especulativas, à obtenção de lucros ilícitos bem como a práticas contra a saúde pública; a disciplina imposta ao sector empresarial do Estado só sendo permitidos aumentos salariais ou a consagração de prestações complementares que se revelem comportáveis pela situação económico-financeira das empresas; procurar aumentar a produtividade, a responsabilização profissional e o controlo do absentismo.

Outras medidas foram ainda comunicadas ao País, mas permitimo-nos fazer uma re-

flexão apenas sobre as que referimos.

É do nosso conhecimento que a economia mundial vive em época de recessão, a subida mais ou menos descontrolada do preço do ouro que se verificou em detrimento do dólar, do qual se acumularam largas reservas na Europa e no Japão, o aumento espectacular do preço do petróleo com gravíssimas repercussões na indústria e nos custos de distribuição reflectiu-se, como é evidente, em todos os países e Portugal cuja economia é altamente débil e de grande dependência do estrangeiro é sem dúvida dos países mais afectados.

Procura o Governo combater a inflação e, na escolha de meios que resultem, não podia servir-se, entre outros, do clássico processo que consiste na subida da taxa de desconto pois o seu actual nível já quase estrangula a actividade económica. Assim, uma das medidas que utilizou foi revalorizar o escudo em 6 por cento e o senhor ministro das Finanças e do Plano garantiu aos portugueses, através das câmaras de televisão, que os preços iam baixar, não havendo margens para dúvidas, as matérias-primas que iam importar agora passariam a ser mais baratas, o que favoreceria os preços de exportação, tudo aquilo que vem do exterior seria 6 por cento mais barato, a inflação seria contida.

Em nossa opinião, trata-se

de uma salutar medida de política económica, conseguida essencialmente dada a melhoria da balança de transacções e dada a necessidade de corrigir a política cambial que já em 1979 se devia ter mudado», conforme disse o primeiro-ministro à Rádio Renascença; mas, como em quase tudo, também nesta matéria existem vantagens e existem inconvenientes. Não nos parece que os preços vão baixar, a inflação é muito mais complicada, o que acontecerá, certamente, é que o seu ritmo de crescimento não vai ser tão acelerado. Há que ponderar que qualquer empresa que viva minimamente desafogada tem os seus «stocks» de matérias-primas a preços antes da revalorização. Esta medida só teria forte efeito se existissem no País planos concretos para a instalação de novas unidades industriais ou reequipamento das existentes, o que não nos parece verdade, pois então poderia haver um benefício na aquisição ao exterior do equipamento. Mesmo que se começasse a trabalhar nesses planos, eles não surgiriam de um dia para o outro e é preciso ver que a iniciativa aparece e adquire estímulo principalmente quando a conjuntura político-económica é mais estável e nós temos, de novo, eleições em Outubro. Por outro lado, o escudo continua com a desvalorização deslizando de 0,75 por cento mês pelo que, em princípio, dentro de oito meses, teremos

voltado à situação que se verificava antes da sua revalorização.

Ao fazermos a análise em termos de benefícios para a exportação, tem-se agora a possibilidade de importar matérias-primas mais baratas, o que favoreceria os preços de exportação se não houvesse que considerar, conforme já referimos, os aprovisionamentos que existem nas fábricas, e que para o comprador estrangeiro o poder aquisitivo da sua moeda é 6 por cento menor. Claro está que o Governo promete bonificações no crédito à exportação e uma melhor selectividade do mesmo. Preocupante é para quem celebrou contratos em moeda estrangeira e vai agora receber menos escudos.

Sem dúvida que o País tem vivido nestes últimos anos sob grande inflação da qual têm essencialmente beneficiado todos aqueles que constituíram elevados «stocks» e havia que corrigir a política cambial para além de a revalorização ser salutar na desmotivação que provoca a muitos especuladores de moeda estrangeira que gravitam por esta Terra.

Está o Governo também altamente empenhado na moralização do sector público e empresarial do Estado e nesse sentido são de louvar os seus propósitos na contenção das despesas, procurando mantê-las ao nível de 1979, evitando no possível o empolar dos quadros na Administração Pública e propondo-se estabelecer as condições mínimas nas empresas públicas que lhes permitam ser concorrentes com um sector privado revitalizado.

É indispensável o rápido aparecimento de novas empresas dinâmicas e tecnologicamente actualizadas que criem novos postos de trabalho, voltadas essencialmente para a exportação e aptas a competir no mercado internacional, pois, se continuarmos no ritmo a que nos habituámos não vemos vantagens na entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, salvo se os nossos parceiros concederem condições muito especiais que nos dêem tempo e possibilidades de reabilitação, sob pena da sujeição à entrada de multinacionais e outras empresas estrangeiras em Portugal, que aproveitarão mão-de-obra barata e a localização geográfica do País, para além

de sermos uma via para os contactos com os novos países africanos de expressão portuguesa. A nossa entrada na C. E. E. tem de ser muito cautelosa, pois pode não contribuir para o nosso rápido crescimento económico.

O propósito do Governo em efectuar, através da Inspeção-Geral de Finanças, exames à contabilidade dos serviços públicos, das pessoas colectivas e de direito público e empresas públicas, as quais tenham sido pagos subsídios orçamentais, é muito conveniente pois torna-se indispensável acompanhar atentamente a gestão dos dinheiros públicos, bem como reequacionar toda a actual política fiscal.

O combate acérrimo à especulação, à obtenção de lucros ilícitos e a tudo aquilo que lese a saúde pública são sem dúvida medidas, agora prometidas, que rapidamente têm de ser tomadas, sendo do conhecimento geral que as crises económicas suscitam em muitas pessoas por necessidade ou por hábito actuações marginais e lesivas da economia nacional e do bem-estar das populações. Os grandes prejudicados são quase sempre aqueles que vivem do seu trabalho e cujo rendimento é integralmente declarado, sujeitando-se a impostos, tais como, o profissional e o complementar que tanto têm desmotivado bons técnicos a dar o seu valioso contributo em prol da sua Terra. Outros há que na actividade profissional desenvolvida fogem ao fisco pelos mais diversos meios desde a não emissão de recibos pelas importâncias cobradas, à emissão dos mesmos de forma ilegal, não englobando estes proventos nos rendimentos declarados, até às receitas do suborno que tantos utilizam para conseguir os seus fins.

Já noutras ocasiões fizemos referência à necessidade de uma política de investimentos e de aproveitamento dos recursos existentes, mas também afirmámos que entre os vários factores de produção dávamos ao trabalho um lugar privilegiado. Será com aumento da produtividade, diminuição do absentismo, coragem e muito trabalho consciente que Portugal poderá fazer aquilo que consideramos uma verdadeira viragem.